

# XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH  
BRASIL

## **“UNIDADE NÃO SIGNIFICA UNIFORMIDADE. A UNIDADE PRESSUPÕE DIVERSIDADE”**

**ROSANA AREAL DE CARVALHO  
KARLA KAROLINE PEREIRA\***

---

\*Professora do Departamento de Educação da UFOP; acadêmica do Curso de História da UFOP; pesquisa financiada pela FAPEMIG.

Greve das professoras primárias mineiras em 1959. Que história é essa? Foi com surpresa, talvez uma pitada de espanto, quase incredulidade, que nos deparamos com esse fato noticiado em alguns jornais. A leitura desses jornais objetivava buscar dados para a pesquisa em desenvolvimento sobre as *Damas de ferro: as diretoras do Grupo Escolar “Dom Benevides”*. Denominamos “damas de ferro” algumas diretoras que estiveram à frente desta instituição, instalada em agosto de 1909, em Mariana, Minas Gerais. Inicialmente, foi o Grupo Escolar de Mariana; em 1914 passou a se chamar Grupo Escolar “Gomes Freire” e, em 1931, recebeu o nome de Grupo Escolar “Dom Benevides”, mantido para a Escola Estadual ainda em atividade.

A proposta assumida para a pesquisa é identificar a presença dessas diretoras na cultura que foi se conformando no interior do grupo, expressa em suas práticas, atividades, relações sociais e, quiçá, no conceito que a instituição foi construindo entre a comunidade local. Trata-se, portando, de compreender as marcas da “experiência” desses sujeitos impressas nas cotidiano escolar. Aventávamos a possibilidade de, a partir desses indícios, delimitar as particularidades desse microuniverso que, assim como as demais instituições escolares, estando submetido a um conjunto de normas legais, também se configurava como um espaço social construído a partir de experiências variadas, por isso, singular.

Ressaltamos que, para as reflexões que seguem, nos detivemos no recorte temporal que abrange os anos 50. Anos ditos dourados, pois marcaram econômica e culturalmente a sociedade brasileira. Não que a modernização houvesse tido início naquela década, mas o cotidiano social foi nesse período marcado pelas contingências que o avanço tecnológico impunha. No âmbito político, a bipolaridade das ideologias ditou o ritmo das disputas. Assim, a dicotomia posta entre capitalismo - liberalismo e o socialismo não pode ser desconsiderado, afinal, para o contexto educacional, a presença comunista foi marcadamente rechaçada usando-se a escola como transmissora da propaganda ideológica anti-comunista.

Cabe também recordar que o governo de Juscelino Kubitschek não se caracterizou por ações mais decisivas no campo educacional. Não por acaso o manifesto “Mais uma vez convocados”. A polêmica entre o Estado e a Igreja no campo educacional não era novo... Porém, as cartas lançadas na mesa, naquele momento, tinham um peso muito maior. Como retrata o manifesto, por detrás do termo “ensino livre” estava, na verdade, a escola

confessional às expensas do Estado. Que armas usaram os defensores do “ensino livre” para impor seus ditames que, mais tarde, foram configurados na LDB de 1961?

Voltando ao nosso microuniverso – o Grupo Escolar “Dom Benevides”, reconhecemos que não sabemos muito do cotidiano político da cidade de Mariana nesses anos nos quais situamos nossa pesquisa. Entretanto, a mesma pesquisa nos tem municiado de elementos que confirmam a impressão advinda da observação: o poder da Igreja Católica, por um lado expressa na hierarquia da própria arquidiocese; por outro lado, a presença no cotidiano da escola por meio dos sujeitos ali presentes – professoras, servidoras, discentes em geral, portadores de experiências pessoais e familiares atreladas às práticas religiosas.

Assim, considerando que a direção de uma instituição escolar se reveste de um conteúdo político, seja hoje ou no século passado, e que tal instituição se insere num contexto de forças políticas, econômicas, sociais, enfim, culturais, é de suma importância compreender as possíveis dificuldades pragmáticas com as quais as diretoras tenham que lidar no exercício de sua função. A análise dos contextos políticos em três níveis – municipal, estadual e nacional – e as implicações das mudanças políticas e sociais no interior da escola nos permitiram verificar como esta, enquanto instituição social, é afetada pelas vicissitudes do ambiente macro social.

As questões mobilizadas neste trabalho foram postas a partir da leitura das fontes, especificamente dos jornais, como dissemos antes. A pergunta foi: em que medida as professoras do Grupo Escolar “Dom Benevides” se envolveram nesse movimento grevista? Haveria algum elemento nas atas das reuniões de professores, massa documental privilegiada na pesquisa, que nos indicasse algo dessa atividade? Estabelecemos o recorte cronológico nos anos 50 em virtude de uma característica de ação já detectada na prática de Abigail Dias, como diretora da instituição. Ao longo das atas das reuniões presididas por esta diretora é visível sua preocupação em torno de três grandes eixos: a formação pedagógica do corpo docente; a formação moral do corpo discente e a formação ética para o trabalho, exaltando os direitos e deveres do professorado, delimitados pelo funcionalismo público.

Embasamos nossas reflexões, em particular, nas concepções thompsonianas acerca da formação de classe, da consciência de classe e de experiência. Então, outras perguntas surgiram: que elementos constituíam a identidade das professoras que atuavam no Grupo

Escolar “Dom Benevides”? Suas atuações, percepções, compreensões apontavam para uma “consciência de classe”? O espírito associativo estava presente em suas manifestações? Compreendiam-se enquanto profissionais ou se viam como portadoras de uma determinada vocação?

### ***Feminização do magistério ou magistério feminizado?***

Ao nos depararmos com alguns movimentos externos a escola, levantamos a hipótese de que tiveram, em alguma medida, reverberações nas práticas pedagógicas e de gestão no/do cotidiano escolar. No esforço de compreender essa configuração externa ao Grupo Escolar “Dom Benevides”, identificamos um elemento, dentre outros, que, em especial para esta instituição, apresenta-se como uma característica de muita relevância para o encaminhamento das atividades pedagógicas: o processo de feminização do magistério, processo este cujo início, no Brasil, ainda no século XIX, coincide com a consolidação das escolas normais.

Muito já foi elucidado sobre o processo por meio do qual se criou a representação do magistério como uma profissão de caráter essencialmente feminino. Um dos mecanismos de sobreposição da figura feminina à função de professora, nos remete a uma construção social imbuída de pressupostos religiosos, pensando que

*[...] ao se feminizarem, algumas ocupações, [tais como] a enfermagem e o magistério, por exemplo, tomaram emprestado as características femininas de cuidado, sensibilidade, amor, vigilância etc. De algum modo se poderia dizer que “os ofícios novos” abertos às mulheres neste fim de século levarão a dupla marca do modelo religioso e da metáfora materna: dedicação-disponibilidade, humildade-submissão, abnegação-sacrifício. (LOURO, 2008: 454)*

Segundo Louro (2008), o processo de feminização contou com o esforço conjunto de vários segmentos sociais. Os discursos dos setores religiosos, jurídicos, higienistas e educacionais tinham em vista ressaltar a necessidade de tutela e proteção das mulheres enquanto professoras. Tais discursos, ao mesmo tempo em que construíam socialmente a representação do professorado primário, enfatizavam habilidades e fazeres vinculados a aspectos do cotidiano materno e ao âmbito doméstico.

Tendo em vista o período ao qual nos referimos, a década de 50, principalmente, questionamos se nesse momento, o processo ao qual Louro (2008) se refere já não estaria em vias de finalização ou finalizado. Ao menos nos detendo na análise do Grupo Escolar “Dom

Benevides” podemos afirmar que o magistério nesse momento se encontra feminizado e não em processo de feminização. E por feminizado compreendemos não apenas especificidade do gênero. Levamos em consideração o encampamento dos pressupostos feminizantes da profissão docente que é amplamente verificável nas atas e no cotidiano da escola.

Durante toda a década de 1950, o Grupo Escolar “Dom Benevides” manteve em seu quadro docente uma média de treze (13) docentes, dentre os quais todas eram mulheres. Ressaltamos também que em termos da diretoria, o grupo foi marcado desde a década de 1920 pela gestão feminina, com uma quebra durante a década de 1930, na qual teve um homem como diretor. Com sua saída em função da aposentadoria, assume a referida diretora Abigail Dias, sucedida por outras professoras, pelo menos até os anos 70, período final de nossa pesquisa.

Em função dessa presença feminina massiva na constituição da cultura escolar, nos parece caro demonstrar a existência de uma relação peculiar estabelecida entre as mulheres e a ordem vigente. Buscamos demonstrar que havia, por parte das professoras, a corporeificação das representações sociais no que tange ao ethos docente. A elas pertencia a efetivação da representação por meio de práticas cotidianas que as situasse em conformidade com o padrão de comportamento profissional que lhes era atribuído, porém, uma hipótese que temos perseguido, em conciliação com o comportamento moral impingido, talvez, desde a infância: a prática religiosa católica.

Ou seja, de um lado a perspectiva da formação profissional enquanto processo de legitimação e construção de uma identidade profissional. Isso quer significar a elevação profissional, a um patamar que ultrapassa a vocação. Daí as advertências de Abigail Dias no tocante às práticas docentes, aos direitos e deveres das professoras como profissionais e e funcionárias públicas; acrescidas da conduta moral, disciplinada pela religião, que também deveria ser ensinada, apreendida.

É assim que entendemos o excerto a seguir:

*Iniciando a sessão invocamos o Espírito Santo para o bom êxito de nossos trabalhos e a Jesus Cristo, Mestre dos Mestres - força, coragem e perseverança para o desempenho, o melhor possível de nossa dificultíssima missão - de educar e instruir. (Ata da reunião regulamentar de 12 de Março de 1949)*

Educar é a formação moral, possível apenas no campo dos valores cristãos. Porém, para instruir, é preciso dominar as práticas pedagógicas, é campo da ciência. E não são conflitantes os dois campos, ao contrário, na visão da diretora, se complementam.

Nossa análise se constitui referendada nas proposições de Marcus Aurélio Taborda de Oliveira sobre a aplicabilidade do pensamento de Edward Palmer Thompson nos estudos no campo da História da Educação. Segundo Taborda, Thompson nos abre a perspectiva de pensarmos que

*Entre a determinação e a apropriação, entre a estrutura e o processo, entre a singularidade e a generalização, medeia a experiência. Logo, esse autor não descartaria uma análise ideológica da cultura, mas não a reduziria também à lógica da "conspiração". (TABORDA, 2008: 156)*

Assim, pretendemos evitar um modelo analítico que determina as condições de atuação dos sujeitos, vitimando-os e retirando deles qualquer possibilidade de participação ativa. No entanto, ao irmos de encontro ao objeto, é importante o exercício de não imprimirmos àquelas mulheres-professoras, nossas concepções atuais de engajamento político. Não partimos da noção de participação ativa como confrontação da ordem vigente. Por isso, não nos surpreendermos ao nos depararmos não com um enfrentamento por parte das professoras às expectativas em torno do profissional docente, mas sim, com uma corroboração ao modelo idealizado.

Ocorre que, no transcorrer do século XX, o magistério passa por outro momento de construção de representação. Dessa vez, entretanto, as novidades pedagógicas bem como o cenário de modernização nacional ditariam qual seria o rumo pretendido pela carreira docente. De profissão a ser cumprida como missão, com amor e dedicação, de quem trabalha tendo em mente uma recompensa que transcende o mundo material, passa-se ao esforço para legitimar a profissionalização da docência. (LOURO, 2008: 473)

Além disso, a transição de uma representação para a outra certamente gerou um quadro de tensão. Louro (2008) se refere às tensões engendradas na prática pedagógica. Resistência ao acatamento da hierarquização e do processo de burocratização do sistema público de ensino. Contudo, chamamos atenção para o fato de que para algumas professoras não seria interessante desvincular-se da representação da professora maternal, seja por participar de uma sociedade que valorizava tal papel, seja por ela mesma ter constituído seu

mundo axiológico com base naqueles valores, vivenciando assim, a profissão como parte de uma missão. Como verificamos para o corpo docente do Grupo Escolar “Dom Benevides”.

### *Abigail Dias*

Abigail Dias tomou posse como professora no Grupo Escolar “Dom Benevides” em 1929 e ocupou o cargo de diretora entre 1946 e 1958. Durante esse período, o contexto político nacional experimentou mudanças significativas, destacando um processo turbulento no nível do executivo federal que levou Getúlio Vargas ao poder; seguido de anos de governo autoritário e, por último, um processo de redemocratização. Nesse interregno, para além dos desdobramentos do jogo político, identificamos um movimento de modernização do Estado brasileiro, dando ensejo à organização e ampliação da máquina administrativa, incluindo, finalmente, a criação do Ministério da Educação e Saúde, que teve como primeiro ministro, o mineiro Francisco Campos. No campo pedagógico, as décadas de atuação de Abigail Dias coincidiram com o movimento escolanovista.

Abigail Dias nasceu na cidade de Mariana no dia 05 de janeiro de 1905. Filha de uma família como tantas outras desse município que traziam consigo um forte traço da sociedade mineira e, mais especificamente, marianense – a religiosidade. Estudou no Colégio Providência, em Mariana, instituição que é referência regional no âmbito do ensino confessional. Este colégio foi fundado em 1849 (MARIANO, 2010: 47.), no contexto do Ato Adicional de 1834, caracterizado por um movimento de descentralização que delegava às assembleias provinciais a responsabilidade pela estruturação e investimento nos empreendimentos educacionais no nível primário e secundário.

Com o diploma de normalista obtido no curso oferecido pelo Colégio Providência, Abigail Dias passou a exercer a função de professora primária. No Grupo Escolar “Dr. Gomes Freire” (“Dom Benevides” a partir de 1931) tomou posse em 15 de abril de 1929. Durante o período em que esteve no exercício do magistério, assumiu por diversas vezes a direção do Grupo em caráter de substituição. Possivelmente pelo destaque que alcançou no exercício de suas funções docentes e pela experiência nas funções administrativas, Abigail foi indicada para o Curso de Aperfeiçoamento oferecido pelo Instituto de Educação de Minas Gerais, em Belo Horizonte.



Tal curso foi criado em 1929, durante o governo de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada e tinha como objetivo formar técnicos para atuarem na operacionalização da Reforma Francisco Campos (1927) dotando as escolas públicas mineiras de recursos humanos qualificados. O ingresso era condicionado à indicação e também a um rigoroso processo de seleção. Se o curso pressupunha uma seleção rigorosa, podemos inferir que Abigail possuía potencial intelectual suficiente para garantir seu ingresso na Escola de Aperfeiçoamento.

De acordo com a legislação em vigor, “Os diretores de escolas públicas primária serão sempre escolhidos mediante concurso de provas entre professores diplomados, com exercício anterior de três anos, pelo menos, e, de preferência, entre os que hajam recebido curso de administração escolar.” (Lei Orgânica do Ensino Primário. Decreto-Lei no. 8.529, de 2 de Janeiro de 1946. Cap. IV, Art. 36)

Como diretora, Abigail galgou um elevado nível de respeitabilidade, tanto entre os professores como diante da comunidade. Além de uma formação profissional em instituições de referência na formação docente, seu trânsito no ambiente político, religioso e educacional da cidade de Mariana, garantiu a perenidade de sua atuação como diretora. Os trechos a seguir demonstram com clareza como Abigail estabelecera laços sociais favoráveis à sua atuação:

*Usando da palavra a Senhora Diretora falou-nos sobre a festa da criança dizendo-nos que este ano ela pretendia melhorar da melhor forma possível a sôpa para as crianças durante a semana e que no último dia ofereceria uma bôa merenda. Para isto ela encarregou duas professoras para irem a Prefeitura pedir ao Sr. Prefeito para cooperar em alguma quantia na merenda e no pagamento de um filme instrutivo. (Ata da reunião regulamentar de 10 de outubro de 1953)*

*A senhora Diretora usando da palavra deu início a esta reunião com as orações habituais. Em seguida falou-nos sobre um convite que o Grupo Escolar havia recebido do Sr. Monsenhor Oscar de Oliveira para assistir a sua sagração Episcopal no dia 22 de Agosto. (Ata da reunião regulamentar de 31 de Julho de 1954)*

As sociabilidades, estabelecidas por Abigail no âmbito da cidade, garantiram que ela alcançasse a legitimação de sua imagem como autoridade em assuntos educacionais e, conseqüentemente, seu reconhecimento como diretora competente e de “pulso firme”. Para além de sua imagem pessoal, é possível identificar a contribuição de sua postura no conceito do próprio estabelecimento de ensino, tido como o melhor Grupo Escolar da região.

### ***Profissionalização e associação***



Os anos 1930 se iniciaram colocando em pauta a necessidade de conferir à educação uma formalização do aspecto técnico na capacitação dos professores. Conforme postulavam os signatários do Manifesto de 1932, tratava-se de imprimir um caráter científico nos negócios da educação. As conferências nacionais de educação promovidas pela Associação Brasileira de Educação – ABE e o próprio Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova cuidaram de alavancar a visibilidade da nação para com os aspectos educacionais.

Em Minas Gerais, no ano de 1929, durante o governo de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, foi criado o curso de Aperfeiçoamento oferecido pelo Instituto de Educação de Minas Gerais, em Belo Horizonte. O curso tinha como pressuposto formar técnicos para atuarem na operacionalização da Reforma Francisco Campos (1927) dotando as escolas públicas mineiras de recursos humanos qualificados. O ingresso era condicionado à indicação e também a um rigoroso processo de seleção.

Neste contexto de profissionalização do magistério, têm-se os primeiros movimentos associativos das professoras no Estado de Minas Gerais. Certamente a Associação das Professoras Primárias de Minas Gerais – APPMG, criada em 1931, tivera a maior representatividade em nível estadual. Em sua assembléia de fundação, a associação expressa a que viera:

*Essa grande organização de classe que acaba de ser fundada no Estado dispensa qualquer comentário sobre a alta finalidade a que se propõe, qual a de intensificar o intercâmbio intelectual, moral e material entre o professorado mineiro, inculcar-lhe o espírito de solidariedade, defender os interesses da classe, procurando elevá-la por todos os meios. (CAVALHEIRO, 1989: 265)*

A utilização de um aporte metodológico ancorado nos postulados thompsonianos nos leva a questionamentos acerca da existência dessa classe professoral mineira anunciada, tendo a APPMG como representante auto-eleita. Pensando que, segundo Thompson

*[...] as classes não existem como entidades separadas que olham ao redor, acham um inimigo de classe e partem para a batalha. Ao contrário, para mim, as pessoas se vêem numa sociedade estruturada de um certo modo (por meio de relações de produção fundamentalmente), suportam a exploração (ou buscam manter poder sobre os explorados), identificam os nós dos interesses antagônicos, debatem-se em torno desses mesmos nós e, no curso de tal processo de luta, descobrem a si mesmas como uma classe, vindo, pois, a fazer a descoberta da sua consciência de classe. Classe e consciência de classe são sempre o último e não o primeiro degrau do processo histórico real. (THOMPSON, 2012: 274)*

Seguindo a lógica de formação de classe proposta, conclui-se que, nesse momento de criação da associação, os elementos profissionais para se constituir um agrupamento que

pudesse ser identificado como classe, ainda são muito incipientes. No contexto educacional a que se refere, encontra-se ainda em processo a constituição daquilo que viria a ser um *ethos* profissional. Apenas posteriormente à criação da APPMG, aconteceriam as lutas, premissa de formação de classe para Thompson.

Partindo dessas questões, nos debruçamos sobre uma emblemática ação encabeçada pela liderança da APPMG no ano de 1959, pretendendo verificar em que nível se deu a identificação das professoras do Grupo Escolar “Dom Benevides” com o chamamento grevista e os possíveis desdobramentos destes movimentos associativos em nível local. O mês era novembro, e as professoras primárias de Minas Gerais<sup>2</sup> se organizaram para pressionar o governo estadual contra as consecutivas perdas salariais. Não havia sido o primeiro movimento reivindicativo de professores com o objetivo de revisão salarial. Mas, a greve em especial nos interessa, pois fica explícita que a contradição está posta quando se trata das representações docentes.

Pareceu-nos oportuno ir ao corpus documental na tentativa de perceber as possíveis reverberações do movimento grevista, especialmente para o cenário conservador marianense. Identificar como aquelas professoras primárias que conciliavam suas práticas pedagógicas a regimentos de conformação política, bem como de coadunação com pressupostos religiosos, se posicionaram diante de um movimento de confrontação do *status quo* político. Já que agora esperava-se que

*A professora sindicalizada, denominada de trabalhadora da educação, [...] representada pela mulher militante, disposta a ir às ruas lutar por melhores salários e melhores condições de trabalho. Ela deve ser capaz de parar suas aulas; gritar palavras de ordem em frente a palácios e sedes de governo; expor publicamente sua condição de assalariada, não mais de mãe, tia ou religiosa [...].*  
(LOURO, 2008: 474)

Essas professoras haviam constituído suas experiências profissionais dentro de regimentos bem balizados de disciplina e acatamento da ordem social e política estabelecida. Ainda mais, se constituíram como vigas de sustentação desta ordem social já que, a manutenção da ordem lhes era atribuída duplamente: nas escolas como mães espirituais e em casa, como mães de fato. É latente a permeabilidade da prática docente em relação às práticas

---

<sup>2</sup> Para a circunstância da Greve de 1959 nos questionamos acerca da viabilidade de nos referirmos à ela como sendo das “professoras primárias de Minas Gerais”. Consideramos que, tal designação tem por finalidade situar todas em uma classe, o que pressupõe o compartilhamento dos mesmos símbolos e expectativas.

religiosas. Propusemos reflexões acerca da constituição da experiência profissional do corpo docente daquele grupo escolar em trabalho anterior<sup>3</sup>.

Ao longo da década de 1950 a APPMG se mostrou ativa e presente nas inúmeras tentativas de integralização estadual como nos remete os seguintes excertos:

*Continuando a palestra falou-nos de uma senhora que aqui esteve vinda de Belo Horizonte afim de convidar as professoras desta cidade para tomarem parte na casa da professora, creada em Belo Horizonte e explicou-nos as vantagens da mesma. (Ata da reunião regulamentar de 19 de Maio de 1954)*

*Continuando disse-nos [a diretora] que recebeu da Associação dos Professores Primários, um convite impresso, a professora que quiser entrar poderá se inscrever. (Ata da reunião regulamentar de 12 de Março de 1955)*

Porém, apesar de tais iniciativas, notamos que as atas de reuniões deixam vir à tona muito pouco do contexto político estadual que envolvia as professoras no momento. Nenhuma referência direta é feita à greve. Daí o questionamento: seria aquela uma luta das professoras primárias de Minas Gerais ou de uma parcela elitizada das profissionais, principalmente daquelas que se vinculavam diretamente à vanguarda pedagógica e política da capital mineira?

As únicas reverberações que se pode associar com o movimento de greve de 59 incidem verticalmente. São medidas administrativas tomadas pela Secretaria de Educação que chegam ao grupo demonstrando que este não estava blindado em relação a este mundo ao qual tentava se manter alheio.

*Aos oito dias do mês de Agosto de mil novecentos e cinqüenta e nove, numa das salas do Grupo Escolar “Dom Benevides”, realizou-se a 2ª reunião regulamentar do 2º semestre presidida pela Sra. Inspetora Regional, Dona Maria Constância Xavier de Lima e com a presença das Diretoras dos dois grupos da cidade e suas respectivas professoras. [...]*

*Na primeira parte da reunião, a Sra. Inspetora deu-nos alguns avisos com referência às suas atribuições de inspetora, fazendo questão de eliminar qualquer falsa ideia que se possa fazer desse seu trabalho que nada tem de negativo, mas ao contrário, é puro desejo de servir, de fornecer orientação, pedagogia atualizada e estabelecer entre os Grupos e o Departamento de Educação uma ligação mais estreita. (Ata da reunião regulamentar de 08 de Agosto de 1959.)*

<sup>3</sup> CARVALHO, Rosana Areal; PEREIRA, Karla Karoline; SOUZA, Janaína Maria de; RODRIGUES, Wanessa Costa. *Para além do ensino religioso: as práticas religiosas católicas no interior da escola*. Trabalho aprovado para o VII Congresso Brasileiro de História da Educação. Cuiabá, Maio de 2013.

Tal orientação chegava ao grupo por meio de uma voz qualificada, dando ensejo à formação de um elo de confiança entre a instituição em particular e o Departamento de Educação que, nesse contexto, representava o Estado.

*Frisou a Sra. Inspetora a importância do caderno de planos. Ele é um documento do que a professora ensina. Se esta lança antes o que vai dar, tudo vai bem, sem isto, ela ficará pulando de assunto em assunto e facilmente a perspicácia dos alunos descobrirá o seu embaraço.*

*Todas as aulas devem ser dosadas no plano de acordo com a capacidade de atenção das crianças, o que não vai além de 10 a 15 minutos continuamente.*

*Vendo isto, a professora nunca fará planos vastos pois de nada valeria lançar planos no caderno e não realizá-los (isto, entretanto, não querendo dizer que ela não possa algumas vezes fugir ao plano para atender aos interesses medidos da classe). Em suma, disse-nos, esses cadernos devem sempre estar em dia, à disposição dos visitantes hierárquicos. (Ata da reunião regulamentar de 08 de Agosto de 1959.)*

Por algum motivo que as fontes, até o momento, não nos revelam, já que a visita da inspetoria estadual se dava a espaços de tempo regulares e distantes, a Sra. Inspetora Maria Constância estava de volta ao grupo no mês seguinte:

*Logo em seguida, D. Constância, que havia chegado inesperadamente transmitiu-nos algumas ordens trazidas da Secretaria relativas à organização das provas finais que de acordo com as portarias despachadas pelo Departamento de Educação serão organizadas pelas professoras do próprio grupo em comissões designadas pela diretora, com excessão das de 1º e 4º ano que deverão vir de Belo Horizonte. (Ata da reunião regulamentar de 26 de Setembro de 1959. Grifos nossos.)*

O movimento grevista eclode apenas no início de novembro do ano de 1959. Portanto, podemos inferir que a presença da inspetora regional de ensino seja uma tentativa de estreitar sim os laços, mas também pode ser lido como uma tentativa de contornar a insatisfação das professoras que, desde o movimento do Desagrado em 1954, havia sido explicitado por elas.

### ***Reflexões, aproximações e continuidades***

É possível para aquele momento falar das professoras primárias como partícipes de uma classe? É possível identificar em suas ações, elementos que denunciem o compartilhamento de uma consciência política ativa de co-participantes de um determinado segmento profissional?

Ainda em fase de aproximações, temos observado que a imprensa católica divulga a greve numa intensidade que, no mínimo, tem nos despertado alguma curiosidade. Que

interesses estavam em jogo? Sabendo da disputa crônica entre a Igreja e o Estado frente à primazia da educação, a primeira suposição foi de entender isso como uma ação visando a desestabilização do Estado, colaborando para o descrédito quanto às condições do Estado para gerir os assuntos educacionais. Ou seja, uma posição que trazia à tona a incompetência do Estado.

Por outro lado, em que se fiava a Igreja? As professoras em greve contribuiria para um conceito positivo das escolas confessionais? E quem seriam essas professoras grevistas? Seriam as mesmas professoras que estariam nas escolas de “ensino livre”? “

*“Unidade não significa uniformidade. A unidade pressupõe diversidade.”* Escolhemos essa expressão do Manifesto de 1959 para intitular nosso trabalho compreendendo o desafio da pesquisa e do ofício do historiador que, partindo de um pressuposto geral, busca suas particularidades. E tais particularidades só se revelam na pesquisa contínua, na ampliação do escopo documental, na diversidade da abordagem teórica. Experimentamos um contínuo desdobramento de uma proposta de pesquisa que, se a princípio se justificava pela riqueza que descortinava, tem nos mostrado infinitas possibilidades.

É certo que os documentos com os quais temos trabalhado nos apresentam um corpo docente homogêneo, conformado, disciplinado e ordeiro sob a batuta da diretora Abigail Dias. Mas isso não é suficiente para afirmarmos a inexistência de resistências. Não pensamos aqui apenas as resistências políticas, conscientes, premeditadas; mas um conjunto de resistências pautadas pela indiferença, pela incompreensão e por motivos sutis e particulares. Infelizmente, tais considerações ficam, por ora, no campo das suposições. Operar a contrapelo exige um investimento maior.

## **FONTES**

Livro de Atas do Acervo da Escola Estadual “Dom Benevides” (n. 36 e 46)

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

CAVALHEIRO, Hemengarda de Carvalho. A organização dos professores públicos e a realidade brasileira; uma perspectiva histórica e sindical e dois estudos de caso. APPMG e UTE. Porto Alegre: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da PUCRS, 1989. (Dissertação, Mestrado em Sociologia).

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORI, Mary (org.) *História das mulheres no Brasil*. SP: Contexto, 2008.

MARIANO, Jorge Luís Mazzeo. Educação e religião: a escola pública na Primeira República. Revista Eletrônica Cadernos de História, vol. IX, ano 5, n. 1, Julho de 2010.

TABORDA DE OLIVEIRA, Marcus Aurélio. O pensamento de E. P. Thompson para a pesquisa em História da Educação – culturas escolares, currículo e educação do corpo. Revista Brasileira de História da Educação n° 16 jan./abr. 2008.

THOMPSON, Edward Palmer. Algumas considerações sobre classe e “falsa consciência”. In: *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Antonio Luigi Negro e Sérgio Silva (orgs.). 2ªed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012. pp. 269-281.